# Artigo 12 do Código de Processo Penal Militar: Medidas Preliminares ao Inquérito e sua Relevância na Justiça Militar

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 02/09/2025



## Introdução

O **Código de Processo Penal Militar (CPPM)**, instituído pelo **Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969**, representa o arcabouço jurídico fundamental que disciplina o processo penal no âmbito da **Justiça Militar**. Diferentemente do processo penal comum, o CPPM traz peculiaridades próprias que decorrem da natureza das relações castrenses, onde a hierarquia e a disciplina são valores centrais.

Nesse contexto, o **Artigo 12 do CPPM** ocupa posição de destaque, pois trata das **medidas preliminares ao inquérito**, isto é, os primeiros atos que devem ser praticados pela autoridade militar tão logo tenha conhecimento de uma infração penal militar. Tais medidas visam assegurar a eficácia da persecução penal, protegendo provas, preservando o local do crime e garantindo que a justiça seja feita de maneira célere e eficiente.

Assim, este artigo se propõe a analisar detalhadamente o conteúdo do **Artigo 12 do CPPM**, destacando sua importância prática e jurídica, as obrigações impostas às autoridades militares e sua repercussão na instrução processual.



---

# O Texto Legal do Artigo 12 do CPPM

**Art. 12.** Logo que tiver conhecimento da prática de infração penal militar, verificável na ocasião, a autoridade a que se refere o § 2º do art. 10 deverá, se possível:

a) dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e a situação das coisas, enquanto necessário;
b) apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato;
c) efetuar a prisão do infrator, observado o disposto no art. 244;
d) colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

# 1. O Papel das Medidas Preliminares no Processo Penal Militar

O dispositivo legal evidencia a preocupação do legislador em garantir que, **antes mesmo da instauração formal do inquérito policial militar (IPM)**, a autoridade responsável adote medidas urgentes e necessárias para preservar a integridade da investigação.

A experiência demonstra que os momentos imediatamente subsequentes à prática de um crime são cruciais para a **produção de provas confiáveis**. A não preservação do local do crime, a perda de vestígios ou a não detenção imediata do infrator podem comprometer gravemente a persecução penal.

Portanto, o **Artigo 12 CPPM** assegura que, independentemente de formalidades iniciais, a autoridade militar possa agir prontamente para **manter o estado das coisas e resguardar a verdade dos fatos**.

---

# 2. Análise Detalhada dos Incisos do Artigo 12

## a) Dirigir-se ao local do crime e preservar a cena

A primeira providência é a **preservação do local do crime**. Alterações indevidas podem gerar **nulidade probatória** ou comprometer a confiabilidade da investigação. Esse cuidado aproxima-se da moderna noção de **cadeia de custódia da prova**, prevista no Código de Processo Penal comum (Lei nº

13.964/2019).

No contexto militar, essa preservação é ainda mais relevante, considerando que muitos crimes ocorrem em ambientes controlados (quartéis, bases, áreas operacionais).

---

## b) Apreensão de instrumentos e objetos relacionados

O segundo passo é a **apreensão de todos os instrumentos do crime** (armas, munições, aparelhos, veículos, documentos). A apreensão visa impedir que provas sejam destruídas ou ocultadas.
Essa medida garante que tais elementos sejam futuramente submetidos a **perícia técnica**, fortalecendo a instrução do processo penal.

---

## c) Prisão do infrator

O artigo prevê a possibilidade de prisão imediata do infrator, especialmente em **flagrante delito**, nos termos do **art. 244 CPPM**.
Esse dispositivo dialoga com os princípios constitucionais, como a **liberdade individual**, mas reconhece que a **preservação da ordem e da hierarquia militar** exige resposta imediata a comportamentos ilícitos dentro das forças armadas e auxiliares.

---

## d) Colheita de provas preliminares

Por fim, a lei impõe à autoridade militar o dever de **coletar provas disponíveis no momento**: depoimentos de testemunhas, fotografias, filmagens, registros escritos, perícias emergenciais.
Essa fase é fundamental para garantir que não haja **perda de elementos probatórios irrepetíveis**, reforçando a segurança jurídica da futura ação penal.

---

# 3. Conexões com Outros Dispositivos do CPPM



O **Artigo 12** deve ser interpretado em conjunto com:

- **Artigo 9º CPPM**: que define o inquérito policial militar como apuração sumária de fatos e autoria.
- **Artigo 10 CPPM**: que trata da forma de início do inquérito.
- **Artigo 244 CPPM**: que disciplina a prisão em flagrante.

Portanto, o artigo 12 funciona como **elo entre a notícia do crime e a instauração formal do inquérito**, garantindo que nada se perca nesse intervalo.

---

# 4. Importância Prática do Artigo 12 na Justiça Militar

- **Assegura a integridade da investigação**: evita que provas sejam manipuladas ou desapareçam.
- **Garante maior celeridade**: a autoridade pode agir de imediato, sem depender de formalidades burocráticas.
- **Fortalece a hierarquia e disciplina**: valores centrais da vida militar, que exigem respostas rápidas a condutas ilícitas.
- **Conforma-se à legalidade**: ainda que haja urgência, os atos devem respeitar garantias individuais.

---

# 5. Exemplos de Aplicação Prática

1. **Crime de deserção**: a autoridade deve imediatamente registrar o fato, ouvir testemunhas presentes e apreender documentos que comprovem a ausência injustificada.
2. **Homicídio em área militar**: preservação da cena, apreensão da arma, prisão do agressor e coleta de depoimentos de militares presentes.
3. **Uso indevido de armamento**: apreensão do material, recolhimento de provas digitais (câmeras de segurança internas) e imediata comunicação à Justiça Militar.

---

## 6. Comparação com o Processo Penal Comum

No processo penal comum, medidas semelhantes estão previstas nos arts. 6º e 301 a 310 do Código de Processo Penal.
Entretanto, no **âmbito militar**, a celeridade e a hierarquia demandam que tais providências sejam **mais rígidas e imediatas**, a fim de não comprometer a disciplina.

---

## 7. Desafios e Controvérsias

- **Risco de abuso de poder**: a atuação rápida não pode violar garantias fundamentais, como o direito de defesa e a dignidade da pessoa humana.
- **Necessidade de capacitação técnica**: militares que atuam como policiais judiciários devem ter preparo para preservar adequadamente provas.
- **Adequação ao sistema constitucional atual**: o CPPM é de 1969 e precisa ser interpretado à luz da Constituição de 1988.



---

# FAQ – Perguntas Frequentes sobre o Artigo 12 do CPPM

**1. O artigo 12 autoriza a prisão sem mandado judicial?**
Sim, quando se tratar de prisão em flagrante, observando o art. 244 CPPM e a Constituição.

**2. O que acontece se a autoridade não preservar o local do crime?**
Pode ocorrer nulidade probatória ou enfraquecimento da denúncia, já que provas podem se perder ou serem questionadas em juízo.

**3. Essas medidas valem também para policiais e bombeiros militares estaduais?**
Sim. Pelo art. 6º do CPPM, as normas aplicam-se, no que couber, à Justiça Militar Estadual.

**4. A autoridade pode colher provas sem instaurar formalmente o inquérito?**

Sim, pois o artigo 12 trata justamente de medidas preliminares, urgentes, antes da formal instauração do IPM.

**5. Existe prazo para adoção dessas medidas?**
Não há prazo definido, mas devem ser imediatas, tão logo a autoridade tome conhecimento da infração.

**6. Como se relaciona com a cadeia de custódia de provas?**
A apreensão de objetos e preservação do local do crime são etapas iniciais da cadeia de custódia, hoje amplamente reconhecida também no processo penal comum.

**7. Qual a diferença entre medidas preliminares e o inquérito em si?**
As medidas preliminares são emergenciais e visam preservar provas. O inquérito, por sua vez, é um procedimento formal, mais amplo, destinado a instruir a ação penal.

**8. Há necessidade de relatório dessas medidas?**
Sim, a autoridade deve relatar os atos praticados e remetê-los ao encarregado do IPM.

**9. O artigo 12 é compatível com os direitos fundamentais da CF/88?**
Sim, desde que respeitados os limites da legalidade, proporcionalidade e dignidade da pessoa humana.

**10. Pode o Ministério Público requisitar providências adicionais nesta fase?**
Sim, o MP, como fiscal da lei, pode requisitar diligências, ainda que em fase preliminar.

---

# Conclusão

O **Artigo 12 do CPPM** revela a importância das medidas preliminares no processo penal militar. Ele estabelece um

**marco de segurança e celeridade investigativa**, garantindo que a notícia de um crime não se perca no tempo e que as provas sejam imediatamente resguardadas.

Ao mesmo tempo, sua aplicação deve estar em harmonia com os direitos constitucionais, evitando abusos e garantindo a legitimidade da persecução penal.

Assim, trata-se de dispositivo essencial para a manutenção da **ordem, hierarquia e disciplina militar**, pilares da Justiça Castrense.

---

# Link Interno Estratégico

 Para saber mais sobre a atuação em **direito processual penal militar**, visite nossa página de serviços.

# Link Externo Contextual

 Acompanhe as últimas notícias e discussões sobre o processo penal militar em nossa página do Facebook.